

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

debates@grupofolha.com.br www.folha.com/tendencias

Crescer sem medo

GUILHERME AFIF DOMINGOS

Carvall

A sanção pelo presidente Michel Temer do projeto Crescer sem Medo, marcada para esta quinta (27), fecha um ciclo de três anos de intensas negociações com o Congresso Nacional, governos, fiscos e sociedade para que pudéssemos chegar a um consenso, promovendo importantes atualizações na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Desse caminho nasceram dois projetos de lei aprovados por unanimidade no Congresso, fato raro que prova a urgência de dar aos trabalhadores brasileiros melhores condições de trabalho e segurança para que suas empresas cresçam.

Em 2014, demos um primeiro passo aprovando a lei nº 147, que promoveu 81 alterações na legislação. Dela nasceram pontos importantes como a universalização do Simples, o que permitiu a adesão de quase 500 mil empresas a esse modelo de tributação.

Com a lei nº 147, também simplificamos o processo de abertura e encerramento de empresas. Dizia-se que abrir um negócio era difícil; fechar, impossível. Com a queda de exigência das certidões negativas, conseguimos garantir o processo de fechamento automático dos CNPJs inativos. A abertura também foi dinamizada com prazo de apenas cinco dias.

Entretanto, ficaram de fora da lei a revisão das tabelas do Simples, a criação de uma rampa suave de tributação e a faixa de transição para o lucro presumido. Com isso, nasceu a necessidade do projeto Crescer sem Medo.

Para chegar a um texto, o debate envolveu polêmicas. Um exemplo é o impacto para a arrecadação dos governos, com argumentos infundados de que a aprovação do projeto poderia piorar o cenário. As alíquotas foram amplamente negociadas com os fiscos e calibradas para não trazerem perdas neste momento de crise. O ICMS e o ISS integrarão o regime do Simples só até R\$ 3,6 milhões.

Para o governo federal, o impacto é de R\$ 800 milhões, mas o histórico do Simples nos dá a certeza de que haverá mais adesões e ganhos com o incremento das atividades e a formalização das receitas. Além disso, o Simples não é atualizado desde 2012.

Também teremos outros avanços. Aprovamos a faixa de transição, que vai de R\$ 3,6 milhões a R\$ 4,8 milhões de faturamento anual, a redução de 6 para 5 tabelas e de 20 para 6 faixas de tributação e a elevação do teto anual de faturamento do MEI (microempreendedor individual) de R\$ 60 mil para R\$ 81 mil. Tudo isso entrará em vigor em 2018.

De imediato, haverá um prazo de



É urgente dar aos brasileiros batalhadores melhores condições de trabalho e segurança para que suas empresas possam crescer

90 dias para renegociar dívidas tributárias do Simples em até 120 parcelas. Cerca de 600 mil empresas podem ser beneficiadas, tendo direito a permanecer no Simples em 2017.

Para incentivar a renegociação, o Sebrae fará um grande mutirão em todo o país, instruindo os empresários. Vamos também incentivá-los a procurar bancos, locatários e fornecedores para tratar das dívidas.

Em 2017, promoveremos a inclusão no Simples de pequenos fabri-

cantes artesanais de cerveja, cachacas e vinhos e a possibilidade de financiamento de startups por empresas-anjo, que poderão investir em projetos de inovação que careçam de recursos.

Com a lei, o investidor vai se preocupar exclusivamente com a soma aplicada, devendo ser remunerado de acordo com o sucesso da empresa investida.

Embora ainda não seja tudo o que queremos, temos um primeiro caminho para que milhões de empresas possam crescer sem medo.

GUILHERME AFIF DOMINGOS é diretor-presidente do Sebrae Nacional. Foi ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (governo Dilma Rousseff) e vice-governador do Estado de São Paulo (governo Geraldo Alckmin).